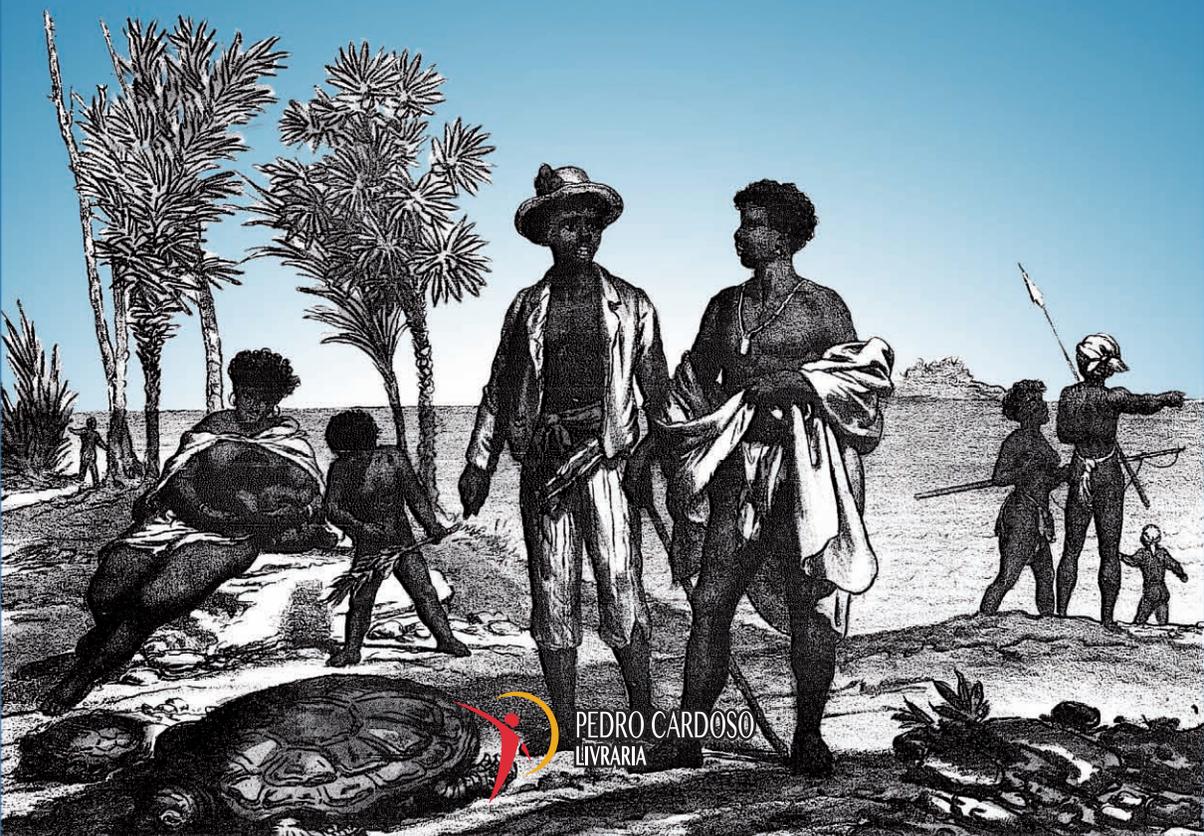


DANILO SANTOS

A Imagem do Cabo-verdiano nos Textos Portugueses

1784 - 1844



PEDRO CARDOSO
LIVRARIA

DANILO SANTOS

*A Imagem do
Cabo-verdiano
nos Textos
Portugueses*

1784-1844

É expressamente proibido reproduzir, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio, **NOMEADAMENTE FOTOCÓPIA**, esta obra. As transgressões serão passíveis das penalizações previstas na legislação em vigor.

Editor: Pedro Cardoso Livraria

FICHA TÉCNICA

Título: A Imagem do Cabo-verdiano nos Textos Portugueses (1784-1844)

Autor: Danilo Santos

Capa: Pedro Mota

© Autor. Direitos de edição reservados à Pedro Cardoso Livraria
para edição em Língua Portuguesa

1ª Edição – Abril de 2017.

Impressão e acabamentos: Europress, Lda.

ISBN: 978-989-99747-5-3

Depósito Legal: 423962/17

Tiragem: 500 Exemplares

Índice Geral

ÍNDICE DOS MAPAS	7
AGRADECIMENTOS	9
SIGLAS E ABREVIATURAS	11
INTRODUÇÃO	13

Capítulo 1

CORPUS DOCUMENTAL: TEXTOS E AUTORES	31
1.1. Da notícia do anónimo à dissertação de Lucas de Senna	35
1.2. Do Governo de Pusich aos ensaios de Lopes de Lima	56

Capítulo 2

AS ILHAS DE CABO VERDE E SUAS REPRESENTAÇÕES NOS TEXTOS DA ÉPOCA	69
2.1. O espaço e as formas de organização social	71
2.1.1. Antecedentes históricos: o momento fundador	80
2.1.2. A estrutura social entre os finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX	86
2.2. A situação do arquipélago: relações de reciprocidade e decadência	94
2.2.1. Interdependência entre o arquipélago e a costa	94
2.2.2. Um arquipélago triste, decadente e abandonado	98

2.3. A organização do Estado nas ilhas de Cabo Verde	113
2.3.1. Fragilidades da organização político-administrativa portuguesa	120
2.3.2. Ilha de Santiago: capital das desgraças	126
2.3.3. Os agentes do Estado: insuficiência numérica e cultural	135
2.3.4. Retrato de uma Igreja «decadente»	141

Capítulo 3

A IMAGEM DO CABO-VERDIANO	155
3.1. Uma vida quase selvagem e de espírito livre	159
3.1.1. Pouco instruídos e ignorantes da religião	159
3.1.2. Desprezam a língua portuguesa e falam o ridículo crioulo	177
3.2. Corpo desprotegido e frágil	183
3.2.1. Andam quase nus e vivem cada um em suas choupanas	183
3.2.2. Contentes e satisfeitos com milho, feijão, mandioca e aguardente...	194
3.3. A desvalorização das formas de produção e de trabalho	203
3.3.1. Ociosos, indolentes e sem ambição	203
3.3.2. A ausência de racionalidade: sem arte, sem técnicas, sem ciência e sem regras	217
CONCLUSÃO	229
FONTES E BIBLIOGRAFIA	243

Índice dos mapas

Mapa I	– Cabo Verde e Guiné	235
Mapa II	– [Carta do] Archipelago de Cabo Verde	236
Mapa III	– Carta esférica de la costa de africa desde C° Bojador hasta C° Verde é yslas adjacentes	237
Mapa IV	– Carta Francesa do século XVIII	238
Mapa V	– Mapa representativo dos circuitos em que Cabo Verde estava envolvido nos séculos XV e XVI	239
Mapa VI	– Plano das Ilhas de Cabo Verde	240
Mapa VII	– Carta do archipelago das ilhas de Cabo Verde	241
Mapa VIII	– Carta Hidrográfica do Arquipélago de Cabo Verde	242

Agradecimentos

Muito mais do que vários anos de trabalho, este livro representa o culminar de um processo de aprendizagem, das percepções do real e do imaginário, da vivência, dos sentimentos, dos sacrifícios, das observações e da experiência de vida. Apesar de ser escrito por uma pessoa e, aparentemente, com interesse (académico) pessoal, não deixa de ser o produto e a produção da sociedade, assim como de quem o escreveu. Portanto, difícil se torna enumerar aqui, entre familiares, amigos, professores, colegas, conhecidos, que de diferentes formas, contribuíram para a realização deste trabalho que agora é publicado em livro. Contudo, prestar os meus agradecimentos aqui é, talvez, a parte mais subjetiva deste livro. Pois, sem fontes nem bibliografia sou obrigado a recorrer às memórias do coração.

É ingrato citar nomes, sabendo que todas as pessoas com que nos cruzamos ou que ouvimos falar serviram de uma forma ou de outra para esta realização. Ingrato se torna também não citar nomes de quem me acompanhou mais de perto e contribuiu mais directamente. Mesmo assim, evidentemente, esta lista seria longa. Todavia, com o receio de, inadvertidamente, não me lembrar de alguém, agradeço previamente a todos que contribuíram para a realização deste trabalho.

Não me preocupei com uma ordem específica de agradecimento. Neste trabalho cada pessoa teve a sua contribuição única e insubstituível.

Agradeço ao Prof. Doutor José da Silva Horta, pela orientação deste trabalho, pela partilha dos seus conhecimentos e pelas relevantes críticas, sugestões e apoio.

Aos colegas do mestrado em História de África, Cléria Ferreira, Cristina Portella, Diego Zonta e Idénia Nascimento, pela partilha, companheirismo e amizade.

Às Professoras Doutoradas Isabel Castro Henriques e Fátima Reis, pela atenção e disponibilidade.

Ao Carlos de Almeida, pelas críticas e sugestões.

A todos os amigos e colegas, pelos estímulos recebidos.

Enfim, e não menos importantes, devo agradecer também aos Drs. Mário Silva e João Spencer, sem os quais, este trabalho não teria vindo ao lume.

Siglas e abreviaturas

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
Apud	citado por
IAN/TT	Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
BNL	Biblioteca Nacional de Lisboa
CU	Conselho Ultramarino
cx.	Caixa
D.	Dom/Dona
doc.	documento
docs.	documentos
Fr.	Frei
HGCV	História Geral de Cabo Verde
<i>ibidem</i>	mesma obra
<i>idem</i>	mesmo autor
infra	mencionado em baixo
J.I.U.	Junta de Investigações do Ultramar
<i>op. cit.</i>	obra citada
p.	página
pp.	páginas
SEMU/DGU	Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar/Direcção Geral do Ultramar (AHU)
SENMU	Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar (AHU)
ss	seguintes
supra	mencionado em cima

Uma nota para as transcrições das fontes

Tratando-se de documentação maioritariamente do século XIX, que não traz problemas de maior à sua compreensão pelo leitor, optou-se por manter essa grafia e não desfazer as abreviaturas, quer tratando-se de textos manuscritos, quer de impressos.

Introdução

«As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas [...] que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas»¹

O trabalho que se apresenta constitui, no essencial, a dissertação de Mestrado em História de África, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em Julho de 2011.

Os séculos XVIII e XIX continuam a ser o período menos conhecido pela historiografia do arquipélago cabo-verdiano e o tema *representações* tem sido, sem dúvida, um dos temas mais marginalizados, não só para os séculos referidos, mas também em toda essa historiografia. Os historiadores e outros estudiosos que se ocupam do espaço cabo-verdiano privilegiaram a época dos «descobrimentos» e o período «pós-independência», sem no entanto se preocuparem com os fenómenos descontínuos, contextos e transformações dos séculos intermédios. A economia e a política têm sido temas privilegiados, tanto pela historiografia como pelas outras áreas de estudos, temas esses, do «colonizador», e que condicionaram toda a história cabo-verdiana, pois são motivos que estiveram na própria base da formação da sociedade cabo-verdiana, fruto de um contexto económico e político da expansão portuguesa para o Atlântico Sul.

Quando se coloca o problema de reconstituir as representações das ilhas de Cabo Verde e dos cabo-verdianos, a primeira questão que aparece é: qual é a identidade histórica do arquipélago cabo-verdiano?

⁽¹⁾ Cf. Roger Chartier, *A História Cultural entre Práticas e Representações*, Lisboa, Difel, 1988, p. 17.

Pois, pode o arquipélago pertencer à costa africana; ao oceano atlântico; às ilhas (portuguesas) atlânticas; ao sul de Portugal; a meio caminho da Europa, África, Brasil e Índia; aos Trópicos; ou até pode não pertencer exclusivamente a nenhum destes espaços.

Muito tem sido feito sobre as *Representações de África e dos Africanos*, mas pouco feito sobre o espaço e o homem cabo-verdiano, pois estes estudos estão muitas vezes longe de abordar as representações do espaço e/ou do homem cabo-verdiano e, quase sempre, estão distantes do período de estudo proposto aqui – finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Para a conceptualização de *Representações* que se refere aqui, segue-se a perspectiva de Roger Chartier, isto é, dizem respeito ao modo como em diferentes espaços e tempos a realidade social é construída por meio de «classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real»!¹ Admitindo estar no campo da História Cultural, é preciso pensá-la como análise de trabalho de representação, ou seja, «das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço»?² Neste trabalho estas representações se centram, sobretudo, no discurso dos forasteiros, isto é, daqueles que vinham de fora e possuíam horizontes mentais e culturais diferentes dos cabo-verdianos. O «discurso» aqui é apreendido a partir da formulação de Michel Foucault, ou seja, compreendido como «um conjunto de enunciados, na medida que provêm da mesma formação discursiva». É constituído por «um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência»?³ Desta forma, entende-se que os textos produzidos pelos forasteiros possuem um conjunto de enunciados das representações dos cabo-verdianos. Roger Chartier caracteriza *práticas discursivas* como «produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação»⁴

(1) *Idem, ibidem.*

(2) *Idem, ibidem*, p. 27.

(3) Michel Foucault, *A arqueologia do saber*, Petrópolis, Vozes, 1972, pp. 146-147.

(4) Roger Chartier, *op. cit.*, pp. 27-28.

Sobre as ilhas de Cabo Verde, na última década, as questões culturais e identitárias têm sido objecto de diversas áreas de estudo, embora com menos incidência no campo da história mas, no entanto, não se invalida a sua contribuição para o melhor conhecimento da sociedade cabo-verdiana.

É de referir que no campo da historiografia, mais próximo do trabalho que aqui se pretende elaborar, destacam-se as obras, ambas originalmente dissertações de mestrado em História Contemporânea: *Colónia mártir: colónia modelo: Cabo Verde no pensamento ultramarino português (1925-1965)* [2007]¹ de Sérgio Neto e *As Ilhas de Cabo Verde (1820-1960): a problemática da mestiçagem e a defesa do estatuto de adjacência* [2007]² de Ivone de F. B. Monteiro Centeio.

Sérgio Neto, na *Colónia mártir: colónia modelo*, centra-se na problemática das diferentes visões sobre o arquipélago e a sociedade cabo-verdiana do século XX, com o objectivo de «desconstruir» a imagética construída sobre os mesmos, «quer situado na sua origem, quer caracterizando a sua evolução». Essas visões foram de origens internas e externas, isto é, tanto no imaginário colonial português como no auto-imaginário do próprio cabo-verdiano, que tornaram a colónia de Cabo Verde numa «colónia modelo» (do ponto de vista civilizacional). O autor iniciou a dissertação, assumindo uma vertente cultural mas acabou por desenvolvê-la com base nos fenómenos sociais e ideológicos ocorridos no século XX (1925-1965), daí a ausência dos elementos africanos na sua análise, tratando da mestiçagem como se fosse um fenómeno (só) dos portugueses ou ainda dos portugueses e cabo-verdianos. Em todo o caso, o grosso dessas construções e desconstruções apresentadas podem ser melhor compreendidas e caracterizadas em função das recomposições económicas, sociais e culturais decorridas nos finais do século XVIII e em todo o século XIX.

(1) Publicada pela Imprensa da Universidade de Coimbra em 2009, esta obra foi apresentada inicialmente como Dissertação de mestrado em História Contemporânea à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra sob título *Colónia mártir, colónia modelo: Cabo Verde na imprensa ultramarina portuguesa (1925-1965)*.

(2) Dissertação de mestrado em História Contemporânea à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Se ao trabalho de Sérgio Neto faltava analisar as transformações dos finais do século XVIII e século XIX,¹ já a obra de Ivone Centeio abarcou um período de três quartos do século XIX, mas não muito aprofundado. Talvez por ser um período demasiado extenso e heterogéneo para a questão que se coloca. A autora apresenta uma cronologia muito vaga e sem um *corpus* sustentável. Por isso, deixou-se conduzir pelos fenómenos do século XX, inclusive pela política propagandista colonial (a partir da terceira década).

A autora, apesar de assumir «a problemática da mestiçagem enquanto temática dos debates cabo-verdianos», podia ir mais além. Pois, a mestiçagem como fenómeno biológico e cultural foi a própria razão do surgimento e sobrevivência do homem cabo-verdiano, marcado por uma cultura e identidade mestiça.

Cada vez mais se reconhece a grande importância do cruzamento de estudos pluri e interdisciplinares para o reforço do conhecimento histórico. Obras de antropologia, de sociologia, de sócio-cultura e de literatura foram consultadas para este estudo? Contudo, devido à escassez de estudos que servissem de apoio para esta temática procurou-se soluções adequadas aos problemas que se colocam.

Este trabalho tem como objecto principal a imagem do homem cabo-verdiano nos textos portugueses, produzidos, entre 1784 e 1844, por um grupo de homens *não cabo-verdianos* – os referidos forasteiros, que viveram, trabalharam, ou, simplesmente, passaram pelo arquipélago de Cabo Verde. Isto é, entender o modo como foi cons-

(1) Para as transformações sociais e económicas das ilhas no século XIX, veja-se João Estêvão, «Cabo Verde», *O império africano: 1825-1890, Nova história da expansão portuguesa*, coordenação de Valentim Alexandre, Jill Dias., dir. Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques, Vol. X., Lisboa, Estampa, 1998, pp. 167-208.

(2) Entre elas, por exemplo, José C. G. dos Anjos, *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional*, Porto Alegre, UFRGS, 2006; Gabriel Fernandes, *A diluição da África: uma interpretação da saga cabo-verdiana no panorama político (pós)colonial*, Florianópolis, EDUFSC, 2002; *idem*, *Em busca da Nação: notas para uma reinterpretção do Cabo Verde crioulo*, Florianópolis – Praia, UFSC – IBNL, 2006; Luís M. de S. Peixeira, *Da mestiçagem à caboverdianidade: registos de uma sociocultura*, Lisboa, Colibri, 2003; Manuel Brito-Semedo, *A construção da identidade nacional: análise da imprensa entre 1877 e 1975*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006 e Ana Cordeiro, *Nós, Cabo-Verdianos: A Representação da Identidade nos Textos Literários do Séc. XIX*, Dissertação do Mestrado apresentada a Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Dezembro de 2009.

truída, pensada, apresentada e difundida a imagem do homem¹ cabo-verdiano no período em causa.

Toma-se o arquipélago como um todo, mas sempre atento às singularidades das ilhas, que pelos processos históricos e relacionais desenvolveram e mantiveram algumas particularidades, como se nota no próprio homem cabo-verdiano e na língua por ele falada. No entanto, excluiu-se os territórios da costa africana («Guiné»), que desde os primórdios da ocupação das ilhas estiveram anexos ao arquipélago, quer formal, quer informalmente, mas não se excluíram as suas influências e inter-relações com o arquipélago.

Considera-se, no período em apreço, o homem cabo-verdiano por aquele que estava indissolivelmente vinculado ao arquipélago de Cabo Verde, não só por ser nado e criado no arquipélago, mas também aquele que já se «desenraizou» tanto da Europa como do continente africano, cujos únicos interesses se resumiam a si próprio e às ilhas. No entanto, o termo só aparece em 1818, através de Lucas de Senna quando fez referência ao «verdianos»² aqueles que eram originários das ilhas de Cabo Verde, e que muitas vezes eram designados de «naturais», «insulanos/insulares», «povos», ou simplesmente «habitantes das ilhas». Eram diferentes dos «moradores». Os do interior da ilha de Santiago eram mais conhecidos por «vadios». O cabo-verdiano podia ser de qualquer cor, tanto branco, o que não era necessariamente na cor da pele, como mulato ou preto. Contudo, entre os finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX, os mulatos ou mestiços que já gozavam um longo período de superioridade demográfica detinham um grande peso sócio-económico e administrativo em Cabo Verde.

O período escolhido justifica-se pelo conjunto de descrições de carácter histórico-geográfico-etnográfico-sociológico que surgiu entre os finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX, formando um conjunto de textos organizados sob os títulos de: «Notícias», «Ensaio», «Dissertações», «Relatos», «Memórias», «Estudos», documentos esses que foram produzidos, muitas vezes, por encomenda, como obrigações das funções que os autores prestavam, ou ainda por simples curiosidade, oficiais ou não, para informar e «denunciar» o

(1) Cf Roger Chartier, *op. cit.*, pp. 16-17.

(2) Vide Manuel Roiz Lucas de Senna, *Dissertação sobre as Ilhas de Cabo Verde, 1818*, anot. e coment. de António Carreira, [s.l.], Mem Martins, 1987, pp. 106 e 108.

estado em que se encontrava o arquipélago. Estas representações não estavam limitadas a simples descrições do observador, mas carregavam consigo «situações pré-conhecidas e pré-ordenadas do qual seria possível retirar as coisas conforme as circunstâncias o exigissem»¹ para caracterizar o cabo-verdiano, ou seja, eram reflexo de um quadro mental que mediava a apreensão da realidade. Os textos eram motivados e funcionais, pois analisam as evoluções políticas, culturais, sociais e económicas das ilhas, conduzidos com o objectivo de promoverem as suas transformações. Quase sempre apresentam os problemas e as sugestões de como transformá-los ou melhorá-los em função do que se dizia ser a «realidade» da época. «Realidades» estas, muitas vezes, forjadas por quem as representavam.

No entanto, como era característico da época, o plano *religioso* envolve, em última análise, toda a avaliação antropológica profundamente marcada pelo sistema de valores cristãos que nele tem origem,² pois os autores formularam as suas imagens sobre a religião³ a partir do quadro mental português/europeu, profundamente marcado pelas transformações ideológicas, políticas, sociais e culturais do Iluminismo Católico.⁴ À religião eram associadas todas as outras vertentes da vida – a alimentação, a habitação, o vestuário, a língua, o trabalho, a arte que, posteriormente, eram classificadas.

(1) Cf. Serge Moscovici, *Representações sociais: investigações em psicologia social*, 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 2004, pp. 222 e 223.

(2) Ver, para um período anterior, José da Silva Horta, «A representação do africano na literatura de viagens, do Senegal à Serra Leoa: 1453-1508», Sep. *Mare Liberum*, nº 2, 1991, pp. 209-339 (apresentada inicialmente como Dissertação de mestrado em História Moderna à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), as pp. 255-257.

(3) A religião é aqui analisada, segundo a perspectiva de Robin Horton, como «uma extensão do campo das relações sociais das pessoas para lá dos limites da sociedade meramente humana», em que esta extensão «tem de ser uma em que os seres humanos envolvidos se sintam numa posição de dependência *vis-à-vis* perante as suas representações não-humanas» e ao mesmo tempo capazes de manter relações sociais. A religião é assim, complementar à ciência, isto é, entra na vida social como forma de compensar as carências do quotidiano que a ciência não cobre. E o fenómeno quotidiano caracteriza-se pelas manifestações de uma «realidade oculta e subjacente», cf. Robin Horton, *Patterns of thought in Africa and the West: essays on magic, religion and science*, Cambridge, Cambridge University, 1993, pp. 31 e ss. (tradução nossa)

(4) Isto é, de uma forma simplificada, dum pensamento Católico situado dentro dos parâmetros das Luzes, harmonizando a Ciência a Religião. Para um exemplo ilustrativo veja-se Francisco Contente Domingues, *Ilustração e catolicismo: Teodoro de Almeida*, Lisboa, Colibri, 1994.

No vasto território das representações sobre os cabo-verdianos, constituiu-se como ponto de partida a delimitação dos textos, autores e período mais adequados à sua realização. Tornou-se necessário delimitar o período dentro de uma massa textual vasta, um conjunto de textos com o mesmo objecto e discurso, o que assim torna mais fácil o seu maneio. Esta delimitação, dos textos, autores e cronologia, no dizer de Edward W. Said, carrega em si a noção da problemática, pois, é o que permite formular um primeiro passo, um ponto de partida! Todavia, a demarcação temporal que se fez aqui consiste, principalmente, na unidade discursiva de um grupo de textos, o que não significa que não possuam particularidades e contradições.

O corte cronológico situa-se entre duas obras de grande importância para o estudo das representações do homem cabo-verdiano e para a História do arquipélago cabo-verdiano em geral. O primeiro é a *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde desde o seu princípio até o estado presente, com um catálogo dos Exmos. Bispos [...] – 1784*, de um Anónimo, «Amante da Pátria e Leal Fiel Vassalo», datada de 1784. Este documento é mais conhecido pela «Notícia do Anónimo de 1784». E o segundo marco é a publicação do volume I do *Ensaio sobre a Statistica das Possessões Portuguezas na Africa Occidental e Oriental na Asia Occidental na China e na Oceania*, de José Joaquim Lopes de Lima, datada de 1844. Se a primeira obra é de um anónimo, o que suscita certas dúvidas em relação às condições em que foi escrita, esta última é uma obra que foi encomendada pela rainha D. Maria II. Foi o primeiro grande balanço, oficialmente, feito sobre as possessões portuguesas, cujo primeiro volume foi consagrado às ilhas de Cabo Verde e suas dependências² territoriais na costa fronteira.

Tem sido corrente, na Europa e nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, incluindo no arquipélago de Cabo Verde, afirmar-se que os cabo-verdianos foram beneficiários dos «favores» do colonialismo

(1) Cf. Edward W. Said, *Orientalismo: representações ocidentais do Oriente*, 2ª ed., Lisboa, Livros Cotovia, 2004, p. 18.

(2) Dependências das ilhas de Cabo Verde eram territórios da terra firme do continente africano, designados pela «Costa da Guiné), que estavam vinculados político e administrativamente ao arquipélago de Cabo Verde. Alguns autores da época em estudo também consideravam as outras ilhas de Cabo Verde como dependências da ilha de Santiago, capital da Capitania/Província de Cabo Verde.

português em África, principalmente, no que toca à educação, o que lhes permitiu fazer parte da administração. Daí serem também considerados colonizadores como os portugueses, facto que para muitos cabo-verdianos era motivo de orgulho. Todavia, qualquer reflexão sobre as situações que rotulavam o cabo-verdiano como «assimilado», «europeizado», «o mais civilizado das colónias», usufruindo de uma «cidadania plena» ou designado de «mestiço politicamente válido», no século XX, como refere Sérgio Neto ou Ivone Centeio, ou de um cidadão «luso-tropical» como defendia Gilberto Freyre,¹ exige compreender todo o processo anterior marcado pelas grandes transformações económicas, sociais e culturais que ocorreram, principalmente, nos finais do século XVIII e na primeira metade do século XIX, época charneira na reestruturação e na afirmação cultural e identitária cabo-verdiana.

Nesse período, os textos portugueses produzidos sobre os cabo-verdianos caracterizam-se por uma depreciação, inferiorização recorrendo-se à descrição dos seus hábitos e modos de vida relegados para a africanidade. Essa construção de uma visão negativa teve, pois, por base os projectos e práticas culturais cabo-verdianos, que estavam em processo de consubstanciação. Como acontece com todas as culturas?² a sua reestruturação é um fenómeno longo, continuado na actualidade e caminha para um futuro incerto como é característico das culturas mestiças.

Aparentemente, a imagem depreciativa e africanizada do cabo-verdiano, representada pelos forasteiros, estava directamente relacionada com a forte presença dos elementos das culturas africanas nos

(1) Entre outras obras, ver *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*, Lisboa, Livros do Brasil, [1933] 1983 e *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colónias portuguesas*, 2ª ed., Lisboa, Livros do Brasil, [1940] 1957.

(2) No que respeita à noção de *Cultura* retoma-se a conceptualização antropológica proposta por Claude Lévi-Strauss, isto é, «um conjunto de sistemas simbólicos, no topo dos quais se situam a linguagem, as regras matrimoniais, as relações económicas, a arte, a ciência, a religião». Todos esses sistemas buscam exprimir certos aspectos da realidade física e da realidade social, e mais ainda, as relações que estas duas realidades estabelecem entre si e que os próprios sistemas simbólicos estabelecem uns com os outros, cf. Claude Lévi-Strauss, «Introduction à l'oeuvre de M. Mauss», Marcel Mauss, *Sociologie et Anthropologie: précédé d'une introduction à l'oeuvre de Marcel Mauss*, 7e éd., Paris, Presses Universitaires de France, 1980, p. XIX.

A Imagem do Cabo-verdiano nos Textos Portugueses

1784 - 1844

Ao ler-se os textos portugueses dos finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX depara-se com uma certa depreciação e africanização do homem cabo-verdiano. As formas de sociabilidade dos cabo-verdianos eram reprovadas por estes serem demasiados próximos dos “negros africanos”. Estas representações continuam a ser menos conhecidas tanto no domínio da História como nos outros campos do saber. Ora, o presente livro debruça-se sobre a imagem do homem cabo-verdiano construída, pensada e dada a ler, nos textos portugueses produzidos pelos forasteiros no período entre 1784 e 1844. O corpo textual que sustenta este estudo foi produzido a partir do contacto com as ilhas e os seus habitantes ou, muitas vezes, a partir de informações de terceiros, por alguém cujos padrões mentais e culturais pertenciam a outra realidade. Da longa relação dos portugueses/europeus com os africanos, sob a soberania portuguesa no espaço cabo-verdiano desenvolveu-se uma cultura nova e um homem novo – uma nova sociedade, que por um lado reflete o fracasso português na assimilação dos cabo-verdianos e por outro mostra a capacidade de, num espaço novo, através do processo de mestiçagem, que foi quase um fenómeno natural nas ilhas de Cabo Verde, surgir algo novo, com contornos próprios, que se pode caracterizar de cabo-verdiano.

Este livro teve o patrocínio:

